

APROVADO

01 / 10 / 2020

DATA



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS  
CASA "JOSÉ ODILON DE BRITO"

Rua Getúlio Vargas, nº 32 – Centro – Pocinhos  
CNPJ: 10.743.268/0001-77

CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS-PB

A Comissão Permanente

para Parecer

em, 03 / 09 / 2020

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 081/2020

Em 02 de Setembro de 2020.

DISPÕE ACERCA DA VEDAÇÃO A NOMEAÇÃO PARA FUNÇÕES E CARGOS PÚBLICOS, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS NOS TERMOS PREVISTOS DA LEI FEDERAL Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE), E NA LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (ESTATUTO DO IDOSO), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE POCINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1.º** Fica instituída a vedação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pocinhos-PB, a nomeação de pessoas, que tenham sido condenadas nas condições e termos previstos nas Legislações Federais explicitadas; Lei Federal Nº 11.340 De 07 De Agosto De 2006 (Lei Maria Da Penha), Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para as seguintes funções e cargos públicos:

I - comissionadas, de livre nomeação e exoneração e de recrutamento amplo;

II - gratificadas, de provimento restrito, vinculadas à ocupação de cargo efetivo, sem prejuízo do caráter de livre nomeação e exoneração;

III - remuneradas, providas em virtude de processo eletivo, para o exercício de mandato.

**Art. 2.º** A vedação a que se alude e versa esta Lei, tem início com a condenação em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, até a devida comprovação de cumprimento da pena.

**Art. 3.º** Competirá ao Poder Executivo Municipal regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para sua eficaz aplicação.

**Art. 4.º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5.º** Revogam-se disposições em contrário.

**Art. 6.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pocinhos - PB, em 02 de setembro de 2020.

Monica Ligia de C. Costa  
MÔNICA LÍGIA DE CARVALHO COSTA (MONICA DE BETO)  
Vereadora







ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS**  
CASA "JOSÉ ODILON DE BRITO"  
Rua Getúlio Vargas, nº 32 – Centro – Pocinhos  
CNPJ: 10.743.268/0001-77

**JUSTIFICATIVA:**

**Senhora vereadora,  
Senhores vereadores,**

Avaliando o compromisso primordial desta Casa de Legislativa na preservação da vida dos nossos munícipes, e ponderando em buscar soluções em face de garantir por meio de medidas legislativas cabíveis e viáveis, almejar eficazmente viabilizar e proporcionar melhores condições de vida e proteção aos cidadãos, que obrigatoriamente é dever deste parlamento, que apresentamos a hodierna propositura.

O coevo Projeto que ora encaminhamos a esta Casa Legislativa, tem por escopo, instituir no âmbito do município de Pocinhos, a vedação, no campo da Administração Pública Direta e Indireta, a nomeação de pessoas, que tenham sido condenadas nas condições e termos previstos nas Legislações Federais explicitadas; Lei Federal Nº 11.340 De 07 De Agosto De 2006 (Lei Maria Da Penha), Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para funções e cargos públicos, desde que, reconhecido pelos nobres Edis o seu interesse público, sendo este o principal fundamento da Propositura que alvitramos, para ser sopesado por esta Casa Legislativa.

A Lei Maria da Penha é uma lei federal brasileira, cujo objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Desde a sua publicação, a lei é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, representam um significativo e importante avanço e progresso no combate às agressões e à violência de toda espécie, respectivamente contra as crianças, adolescentes e aos idosos. Neste diapasão, esta Propositura, visa coibir, tolher, e impedir que pessoas que infringem a lei, condenadas por agressões, assumam funções e cargos públicos nos Órgãos da Administração Pública Municipal.

Convém destacar que, a violência contra grupos vulneráveis precisa ser objeto de combate sistemático com medidas enérgicas, pois ainda perdura na sociedade como um flagelo generalizado, que põe em perigo suas vidas, e viola seus direitos. Portanto, é necessário ampliar as medidas e ações que pugnam em face de destes delitos. Desta feita, o presente Projeto de Lei, além de encontrar respaldo legal e constitucional, apresenta-se como uma medida de interesse publicamente notório e com aclamação social, ensejo pelo qual, faz desta matéria aludida, mais uma ferramenta de enfrentamento à violência.

ESTADO DA BAHIA  
GOVERNADOR  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
PROCURADOR-GERAL  
DELEGADO

PROCURADOR-GERAL

Secretaria de Justiça  
Procuradoria-Geral

Assim sendo, o presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado. O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado.

O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado. O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado.

A Lei nº 10.741, de 1997, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, e que o Estado tem o dever de garantir a efetivação desses direitos. O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado.

A Lei nº 10.741, de 1997, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, e que o Estado tem o dever de garantir a efetivação desses direitos. O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado.

Conveniente destacar que, a violação dos direitos da criança e do adolescente constitui crime, e que o Estado tem o dever de garantir a efetivação desses direitos. O presente processo encontra-se em fase de conclusão, tendo sido encaminhado para o Poder Judiciário, para que seja julgado e executado.





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS**  
CASA "JOSÉ ODILON DE BRITO"  
Rua Getúlio Vargas, nº 32 – Centro – Pocinhos  
CNPJ: 10.743.268/0001-77

Destarte, ante a exposição dos motivos, demonstrada sua viabilidade, o projeto e propositura tem fundamental importância para vida dos munícipes pocinhenses, fortalecendo como política pública voltada a proteção e segurança, ressaltada a relevância da matéria, e por entender ser de interesse público e de proteção social, solicito e suplico aos nobres pares a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei..

Pocinhos - PB, em 02 de setembro de 2020.

*Mônica Lígia de C. Costa.*  
**MÔNICA LÍGIA DE CARVALHO COSTA (MÔNICA DE BETO)**  
Vereadora



ESTADO DO PARANÁ  
CAMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA  
CASA DO Povo - Ponta Grossa  
Rua Getúlio Vargas, 33 - Centro - Ponta Grossa  
CEP: 81200-000

Destina-se a exposição dos motivos, demonstrando a importância da preservação ambiental, para fins de criação de parques, jardins, praças, etc., e para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a preservação do patrimônio cultural e histórico da cidade.

Ponta Grossa - PR, em 03 de setembro de 2010.

MÔNICA LUIZ DE OLIVEIRA COSTA (MÔNICA DE BRITO)  
Vice-Prefeita